

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 72/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
72/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	VOLNEI DARINO POL	21/10/2025 10:15 (v 17.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	109/2025	23205.014013/2025-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23205.014013/2025-21)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de **manutenção preventiva, corretiva e adequações do Data center da UFFS**, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
LOTE/GRUPO 1: GRUPO 1					R\$ 759.462,67
1	4012001000011	SERVIÇO/ MÊS	60	R\$ 11.449,06	R\$ 686.943,60
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO DATA CENTER				
	Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva do Data Center. Prestação de serviço mensal.  CATMAT/CATSER:27740				
2	4012001000012	SERVIÇO	1	R\$ 72.519,07	R\$72.519,07
	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS - DATA CENTER				
	Contratação para serviço de troca de Peças sob demanda.  CATMAT/CATSER:27740				

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é caracterizado como **continuado** e sem mão de obra exclusiva, uma vez que requer uma prestação contínua ao longo do tempo. A vigência plurianual é mais vantajosa, pois, ao estabelecer um contrato de longo prazo, é possível reduzir os custos administrativos relacionados à renegociação e recontração periódica.

1.4. O prazo de vigência inicial do contrato é de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1.O início da vigência será após finalização do Contrato nº 09/2020, cuja vigência se encerra em 25/03/2026.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O critério de julgamento será o maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços, com percentual mínimo para lance de 0,00%.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Anexo XIII** deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 16/01/2025;
- III) Classe/Grupo: 166;
- IV) Identificador da Futura Contratação: 109/2025;

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo XIII deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1.De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, recomendamos que a Contratada, observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021.

Quanto a execução dos serviços:

- a) orientar a seus servidores a adotar medidas para economia de água e energia;
- b) proceder a devida separação e destinação de resíduos gerados.

Quanto aos materiais e equipamentos a serem fornecidos/substituídos:

- a) Os resíduos decorrentes da fabricação dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada.
- b) Os produtos deverão ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso).

4.1.1. As medidas supracitadas não exauam as possibilidades de adoção de boas práticas de sustentabilidade que podem ser adotadas pela contratada.

4.2. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

### Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação não há indicação de marcas ou modelos no entanto cabe observar marca(s), característica(s) ou modelo(s) de equipamentos contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

### **Subcontratação**

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.18.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.18.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## Vistoria

4.22. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, para esse fim. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através de telefone ou e-mail abaixo, e acompanhada por servidor designado:

- Ezequiel Roque dos Santos:

Fone: (49) 2049-2609

data.center@uffs.edu.br

- Jones Jeferson Muneron:

Fone: (49) 2049-2611

dir.diti@uffs.edu.br

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.24. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do

conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Anexo XI).

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de escritório**

4.26. Não se aplica

#### **Margem de Preferência**

4.27. Não se aplica.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Chapecó, Rod. SC 484 KM 02, Bairro Fronteira Sul, Subsolo do Bloco da Biblioteca, Data Center, Chapecó – SC, CEP: 89815-899;

5.3. Os horários de execução dos serviços serão preferencialmente entre as 08:00 e as 12:00 horas e entre as 13:00 e as 17:00 horas de segunda a sexta-feira. Os horários, a critério da UFFS, podem ser alterados (noturnos ou dias não úteis) caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento das atividades da instituição.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas: Deve ser realizada a manutenção preventiva nos equipamentos de climatização de precisão e UPS com periodicidade de 03 (três) meses. As datas devem ser previamente agendadas e confirmadas através do e-mail data.center@uffs.edu.br. As manutenções corretivas serão ilimitadas e solicitadas sob demanda do contratante.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que julgar necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização de precisão e UPS, com fornecimento de peças originais por demanda a serem executados no Data Center – Campus Chapecó – SC, Prédio da Biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul, localizado na Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó, SC - Brasil, CEP 89815-899, imóvel com registro na matrícula nº 83046.

5.5.2. Os serviços a serem contratados abrangem os seguintes equipamentos:  
- Climatização de precisão: 2 equipamentos Liebert PEX1035 e 2 equipamentos Liebert 2050;  
- UPS: 2 equipamentos APM 300 da marca Emerson.

5.5.3. A contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Termo de Responsabilidade e Técnica (TRT).

5.5.4. As peças sob demanda serão orçadas conforme o DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Adotando-se pesquisa de mercado, o preço unitário adotado será a média de no mínimo 3 valores obtidos na pesquisa de preços. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar unicamente o orçamento deste como fonte de preço. Aos valores orçados será aplicado o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA na licitação, seguido da aplicação de BDI de mero fornecimento (Anexo VIII).

5.5.5. Os serviços eventualmente não explícitos no Termo de Referência, mas necessários ao funcionamento eficiente dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada.

5.5.6 Cumprir o cronograma previsto e cumprir a Rotina Mínima de Manutenção, conforme descrito no Termo de Referência;

- 5.5.7. Realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos relacionados no Termo de Referência. Em caso de serviços no período de garantia, os serviços deverão ser realizados por profissionais do próprio fabricante ou devidamente credenciados por este;
- 5.5.8. Na impossibilidade de execução de instalação e/ou manutenção preventiva conforme o cronograma previsto deverá ser feita a justificativa e o reagendamento;
- 5.5.9. Fornecer a lista de contato (Helpdesk, Hotline, Celular de Funcionários, etc.) atualizada para o cumprimento deste Contrato;
- 5.5.10. A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada de modo a serem atingidas as seguintes metas:
- 5.5.11. Manter o sistema de climatização de precisão e UPS em perfeitas condições de funcionamento;
- 5.5.12. Elaborar estudo, análise e proposta para melhoria do sistema, quando necessário ou solicitado pela Contratante;
- 5.5.13. A aquisição de peças necessárias à manutenção dos equipamentos será realizada conforme disposto no Termo de Referência.
- 5.5.14. Havendo necessidade de modificações elétricas, mecânicas ou de acabamentos diferentes da originalidade do Equipamento, a contratada deverá apresentar relatório com os documentos técnicos (laudos, medições, ensaios, etc.) de forma a caracterizar e comprovar a necessidade, e somente poderá ser executado se aprovado pela CONTRATANTE.
- 5.5.15. A Contratada deverá possuir e fornecer todos os equipamentos especializados para execução adequada dos serviços de higienização requeridos.
- 5.5.16. A Contratada deverá utilizar produtos químicos adequados, devidamente registrados ou notificados no Ministério da Saúde e de acordo com as recomendações do fabricante, fornecendo ficha técnica e Ficha e Informação de Segurança de Produtos Químicos(FISPQ).
- 5.5.17. Fornecer, quando solicitado, o respectivo certificado de qualidade dos componentes utilizados.
- 5.5.18. Responsabilizar-se pela retirada do material sucateado, danificado, substituído, inclusive suas embalagens, resultante das operações de manutenção, responsabilizando-se também pelo descarte, obedecidas às legislações ambientais vigentes.
- 5.5.19. Os materiais deverão ser retirados do local imediatamente após o término dos trabalhos que deram causa à geração do mesmo.
- 5.5.20. A Contratada deverá empregar mão de obra qualificada e assegurar que seus funcionários tenham recebido treinamento para utilizar os equipamentos e os produtos especializados necessários à execução dos serviços e também respeitando as Normas de segurança do trabalho vigentes.
- 5.5.21. Retirar dos serviços qualquer empregado que, a critério da Contratante, demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o de forma a não prejudicar a continuidade dos procedimentos de manutenção.
- 5.5.22. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados com crachá, contendo foto, nome e número de registro, portando-o visivelmente.
- 5.5.23. Refazer, de imediato e às suas expensas, qualquer trabalho realizado inadequadamente e/ou recusado pela Contratante, sem que isso implique em custo adicional.
- 5.5.24. Sinalizar, através de instalação de barreiras ou outro meio, de forma a indicar a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir acidentes com danos pessoais e materiais.
- 5.5.25. Responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus empregados, quando da realização dos serviços nas dependências da Contratante, observando e cumprindo rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como as medidas de segurança necessárias.
- 5.5.26. Arcar com ônus decorrente de danos causados direta ou indiretamente à Administração, ou a terceiros pela Contratada, em função da execução do contrato, devendo substituir os bens desaparecidos ou ressarcir em espécie à Contratante, observando o valor de mercado, no prazo de cinco dias úteis.
- 5.5.26.1. A Contratada deverá assumir integralmente o ônus, as despesas, as multas e as sanções decorrentes de qualquer dano material, moral, reputacional ou regulatório causado direta, indireta ou concomitantemente à Administração, a terceiros ou aos dados institucionais, resultante de sua prestação, falha ou omissão na execução dos serviços.
- 5.5.27. Os serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva executados, bem como os materiais empregados, deverão obedecer rigorosamente:
- 5.5.27.1 às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- 5.5.27.2 às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- 5.5.27.3 às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado; NBR 13971 – Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação Manutenção Programada – ABNT;

5.5.28. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da FISCALIZAÇÃO, ficando a aceitação final condicionada à comprovação da efetiva realização das rotinas relativas à manutenção preventiva programada, assim como, na hipótese de manutenção corretiva, ao restabelecimento do uso dos sistemas.

5.5.29. A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, as vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente a CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

5.5.30. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho, ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

5.5.31. O representante da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por esta terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos referentes ao contrato, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

5.5.32. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

5.5.32.1 assim estiver previsto e determinado no contrato;

5.5.32.2 for necessário para a execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;

5.5.32.3 houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;

5.5.32.4 houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e

5.5.32.5 a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar, por escrito.

5.5.33 Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes na CONTRATANTE, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações. As movimentações de mobiliários e equipamentos são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5.34. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação até a aceitação pela FISCALIZAÇÃO.

5.5.35. A CONTRATADA deverá submeter-se aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela FISCALIZAÇÃO, tais como os diários de manutenção, controles de acesso e de presença dos prestadores de serviço e controles de emprego de materiais ou outros.

5.5.36. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

5.5.37. A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a aceitação parcial ou recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado sem direito à indenização.

5.5.38. Para as manutenções preventiva e corretiva já deverão estar inclusos nos preços propostos, as despesas com transportes de pessoal, material e demais componentes necessários.

### **5.5.39. Das exigências para a assinatura de contrato**

5.5.39.1 Para a assinatura do contrato o prestador de serviço deve apresentar comprovação de que possui vínculo com fabricante dos equipamentos para aquisição de peças, materiais de reposição, atualizações de firmware e aferição dos equipamentos relacionados.

5.5.39.1.1 Serão aceitas para fins de comprovação a apresentação de contrato vigente com o fabricante ou declaração formal emitida pelo mesmo.

5.5.39.2. Caso a empresa vencedora seja a própria fabricante, ela ficará dispensada de apresentar os documentos para comprovação para assinatura do contrato exigidos no item 5.5.39.1.

5.5.39.3. Caso entenda ser necessário, o UFFS poderá solicitar diligências referente aos atestados e documentos, a fim de que a empresa demonstre quais os serviços que foram realizados. Para tanto, a empresa vencedora poderá apresentar o contrato de prestação de serviços ou outros documentos, demonstrando que os serviços foram executados e atendem ao exigido neste Termo de Referência.

5.5.39.4. A não apresentação da documentação constitui fator impeditivo para a contratação

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será no mínimo igual à menor garantia do material, da peça ou do insumo aplicado em determinado serviço, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão da nota fiscal referente àquele serviço. Se os materiais fornecidos forem de qualidade inferior ou inadequados, o custo de substituição pode ser significativo. Uma garantia maior serve como uma medida de segurança contra esses custos adicionais. Quando a contratada é responsável tanto pelo serviço quanto pelo fornecimento dos materiais, ela tem uma responsabilidade integrada pelo resultado final. Uma garantia maior reforça essa responsabilidade, assegurando que o fornecedor seja diligente em ambas as frentes.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

### Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### Fiscalização Administrativa



6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.18. 8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/05/2025.

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

### Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços.

9.1.1. O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, modelo de declarações complementares - Anexo do Edital.

9.1.2. Para atender aos critérios de sustentabilidade, nos termos dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, o Licitante vencedor, quando do fornecimento de peças ou equipamentos para substituição, deverá enviar a equipe de fiscalização, os documentos de certificação ambiental exigidos no Anexo XII do Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

9.23. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.23.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação Anexo XI.

9.24. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT)), em plena validade. A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66). A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

9.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.25.1.1. sistema de climatização central de precisão, com capacidade mínima de 10 TR, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

9.25.1.2. equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break), com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

9.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.25.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.26. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.27. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.28. Comprovação da capacitação técnico-profissional para execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em:

9.28.1 Sistema de climatização central de precisão com capacidade mínima de 10 TR, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART (no caso de responsável Engenheiro) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica – TRT (no caso de responsável Técnico Industrial), em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

9.28.2. Equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break) com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART (no caso de responsável Engenheiro) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica – TRT (no caso de responsável Técnico Industrial), em nome do(s) responsável (is) técnico(s) da licitante.

9.28.3. O(s) responsável(is) técnico(s) acima elencado(s) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social /estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; profissional que conste como responsável técnico no registro da licitante no conselho profissional competente; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.29. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.30. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, considerando a aquisição para o **período de 60 meses**, será de **R\$ 759.462,67** (setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1**.

10.1.1. O pagamento para o item 01 do grupo - **Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva do Data Center** será realizado em parcelas mensais no valor estimado de R\$ 11.449,06 (Onze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e seis centavos), totalizando ao final de 60 meses o valor de R\$ 686.943,60 (seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

10.1.2. O pagamento para o item 2 do grupo - **Peças futuramente sob demanda** no valor de R\$ 72.519,07 (setenta e dois mil, quinhentos e dezenove reais e sete centavos) será efetuado conforme necessidade de substituição das peças durante a vigência do contrato.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na mapa de riscos constante no Anexo XIV.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26440 - UFFS;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0040;

IV) Elemento de despesa: 339040; e

V) Plano interno: MT008N3500N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de justificativas técnicas relevantes;

Anexo II: Memorial Climatização;

Anexos III: Memorial UPS;

Anexo IV: Planilha orçamentária estimada onerada ;

Anexos V: Planilha Analítica;

Anexo VI: Planilha de Insumos;

Anexo VII: BDI de obra;

Anexo VIII: BDI mero fornecimento;

Anexo IX: ART Engº Mecânico;

Anexo X: ART Engº Eletricista;

Anexo XI: Modelo de declaração de conhecimento;

Anexo XII: Critérios de sustentabilidade;

Anexo XIII: ETP Digital;

Anexo XIV: Mapa de Riscos;

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Considerando a existência de obrigações futuras, para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Não se aplica.

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MATHEUS TODESCATT**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**MARCIA PRANTE ASSMANN**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**VOLNEI DARINO POL**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**ALEX SANDRO FEDRIGO**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**JONES JEFERSON MUNERON**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**DANIEL ESPIG**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**RAFAEL ARCARI**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**MAIZA VANESSA BARON**

Secretária Especial de Tecnologia e Informação - Em exercício

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Termo de justificativas tecnicas.pdf (95.83 KB)
- Anexo II - Anexo II - MEMORIAL CLIMATIZACAO.pdf (183.44 KB)
- Anexo III - Anexo III - MEMORIAL UPS.pdf (394.9 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Planilha orcamentaria estimativa onerada.pdf (104.5 KB)
- Anexo V - Anexo V - Planilha analitica.pdf (90.33 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Planilha insumos.pdf (52.9 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - BDI de obra.pdf (116.02 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII - BDI mero fornecimento.pdf (114.97 KB)
- Anexo IX - Anexo IX - ART\_10013636-2\_assinado Daniel.pdf (145.74 KB)
- Anexo X - Anexo X - ART\_10013859-0\_assinado-1\_assinado.pdf (146.13 KB)
- Anexo XI - Anexo XI - Modelo de Declaracao de Conhecimento.pdf (118.56 KB)
- Anexo XII - Anexo XII - Criterios de sustentabilidade.pdf (653.5 KB)
- Anexo XIII - Anexo XIII - ETP Digital.pdf (94.46 KB)
- Anexo XIV - Anexo XIV -Mapa de Riscos.pdf (65.84 KB)

# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (    ) OBRA / ( x ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

É a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é ( x ) COMUM / (    ) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

é um serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de equipamentos e sistemas, com preservação das características originais dos bens.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

( x ) empreitada por preço unitário

(    ) empreitada por preço global

(    ) empreitada integral

(    ) contratação por tarefa

(    ) contratação integrada

(    ) contratação semi-integrada

( ) fornecimento e prestação de serviço associado

O regime de empreitada por preço unitário é mais apropriado para os casos que envolvam **itens de execução incerta ou que possam variar ao longo da vigência contratual**, como é o caso da reposição de peças sob demanda. Portanto, o regime de empreitada por preço unitário é o que melhor atende ao interesse público, assegura economicidade, transparência e adequação técnica da execução contratual.

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o ( x ) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de ( x ) engenharia, ( ) arquitetura ou ( ) técnico industrial, com a emissão da ( x ) ART, ( ) RRT ou ( ) TRT.

### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação os custos unitários de referência foram apurados seguindo as diretrizes do Art. 6º (pesquisa de mercado) do DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

( ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

( ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

( ) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, ( ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

( ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

( x ) foi/foram juntadas a(s) ( x ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( x ) planilha(s) analítica(s)

( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

( x ) consta nos autos.

( ) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

( ) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

( ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 6 do DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013.

( ) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

( ) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

( ) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## 7. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

( ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ) INSUMOS e ( ) SERVIÇOS.



(x) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (x) INSUMOS e aos (x) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa: há apenas dois itens na licitação, sendo um deles integralmente de serviço (manutenção preventiva e corretiva do Data Center) e o outro integralmente de insumo (peças sob demanda).

## 8. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência ( ) DESONERADOS ou ( x ) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (preencher, se necessário, para outras considerações):

O preço base desonerado ficou em R\$ 790.159,21, enquanto o preço base não desonerado ficou em R\$ 759.462,67.

## 9. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: ( x ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013- Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Risco: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Despesa financeira: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Lucro: ( ) 1º quartil ou ( x ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

## 10. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, ( x ) SERÁ ou ( ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**: o item de fornecimentos de peças sob demanda será tratado como mero fornecimento, uma vez que a mão de obra para a instalação destas peças está abrangida no item de manutenção preventiva e corretiva.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

( x ) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013- Plenário do TCU;

( x ) foi adotado o parâmetro do ( ) 1º quartil ou ( x ) médio ou ( ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

## 11. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

( ) FOI juntado aos autos

( x ) NÃO foi juntado aos autos.

## 12. PROJETO EXECUTIVO

( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

( x ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ( x ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

## 13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ( x ) CREA e/ou ao ( ) CAU e/ou ao ( x ) CRT, com base na seguinte justificativa técnica: a obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66). A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

### Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

( x ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

sistema de climatização central de precisão com capacidade mínima de 15 TR, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break) com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica

fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

### **Possibilidade de somatório de atestados**

Na presente licitação, será (    ) ACEITO ou ( x ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica: o aumento de quantitativos do serviço acarretam, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço.

### **Capacidade técnico-profissional**

Na presente licitação:

(    ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

( x ) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

sistema de climatização central de precisão com capacidade mínima de 15 TR, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica – TRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break) com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica – TRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

## **14. VISTORIA**

Na presente licitação, a realização de vistoria será ( x ) FACULTATIVA ou (    ) OBRIGATÓRIA, e o licitante ( x ) PODERÁ ou (    ) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica: a Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º).

## **15. SUBCONTRATAÇÃO**

O órgão assessorado ( x ) NÃO ADMITIU ou (    ) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas: O § 9º do art. 67 da Lei nº 14.133, de

2021, admite expressamente a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, quanto a aspectos técnicos específicos, seja comprovada por meio de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de potenciais subcontratados, desde que limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado. No entanto, na presente contratação, não há distinção entre os diferentes tipos de serviços para os quais está sendo exigida a comprovação de capacidade técnico-operacional, o que inviabiliza a aplicação da referida limitação percentual, uma vez que não é possível identificar com precisão qual parcela do objeto poderia ser subcontratada.

#### **16. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (    ) CAPITAL MÍNIMO ou (    ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (    ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

#### **17. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Na presente licitação, será

(    ) PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar)

( x ) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa: a experiência prática, alicerçada nas diversas manifestações da Corte de Contas - TCU, demonstra as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade. Os objetos a serem licitados não são de grande vulto e não envolvem questões de alta complexidade técnica.

#### **18. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será ( x ) VEDADA ou (    ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa: Conforme PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU, considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar de modo geral dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, em que modelo de execução contratual exija entre outros requisitos, que

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (    ) EXIGIDA ou ( x ) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa: conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário)

## 20. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(x) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS

Rodovia SC 484, km 02, Fronteira Sul, Chapecó/SC.

(49)2049-3113 – [seobras@uffs.edu.br](mailto:seobras@uffs.edu.br)

## **MEMORIAL DESCRITIVO E DE ESPECIFICAÇÕES**

**MANUTENÇÃO SISTEMA CLIMATIZAÇÃO CENTRAL DATA CENTER**

SERVIÇO:

**MANUTENÇÃO SISTEMA CLIMATIZAÇÃO CENTRAL  
DATA CENTER**

**LOCALIZAÇÃO: Campus UFFS Chapecó – SC**

**Rodovia SC 484, km 02– CEP 89815-899**

**SISTEMA INSTALADO: Vertiv Liebert PEX 2050 e 1035.**

**CAPACIDADE TOTAL REFRIGERAÇÃO: 50 Tr**

**Responsável técnico: Eng. Mec. Daniel Espig**

**CREA/SC: 114137-1**



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### Índice

1 OBJETIVO.....	2
2 NORMAS DE REFERÊNCIAS.....	3
3 DESENHOS DE REFERÊNCIA E ANEXOS.....	3
4 EQUIPAMENTOS.....	3
4.1 Descrição geral.....	3
4.2 Relação dos equipamentos.....	4
5 MANUTENÇÕES.....	4
5.1 Local e horário da prestação dos serviços.....	4
5.2 Materiais a serem utilizados.....	4
5.3 Preventivas trimestrais.....	4
5.4 Corretivas sob demanda.....	5
6 SUPORTE TÉCNICO.....	5
7 PMOC.....	5
8 GARANTIA.....	5
9 SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DO AR CONDICIONADO.....	6



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### 1 OBJETIVO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição sob demanda, em sistema de climatização de precisão instalados no Data center da Biblioteca Central do Campus Chapecó/SC.

A contratada deverá executar todos os serviços relativos ao sistema descrito, conforme as normas vigentes. Mesmo que, não explicitamente descritos neste Memorial.

**AS MANUTENÇÕES DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, SEREM EXECUTADAS POR EMPRESA ESPECIALIZADA NESSE TIPO DE EXECUÇÃO, DEVENDO PARA TANTO SEREM APRESENTADAS ARTs ESPECÍFICAS, ACERVADAS JUNTO AO CREA OU CRT, PARA CONFERÊNCIA PELOS FISCAIS DO CONTRATO.**

### 2 NORMAS DE REFERÊNCIAS

- a) ABNT NBR 16069: Segurança em sistemas frigoríficos;
- b) ABNT NBR 16401: Instalações de ar-condicionado – Centrais e unitário;
- c) ABNT NBR 14679: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- d) ABNT NBR 13971 – Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação Manutenção Programada;
- e) NR-10 e NR-35 (quando aplicável);
- f) Resolução CONAMA nº 267/2000;
- g) Demais Legislações: Federal, Estadual e Municipal.

### 3 DESENHOS DE REFERÊNCIA E ANEXOS

O memorial descritivo é complementado pelo seguinte desenho:

Anotação de responsabilidade técnica;

Planilha orçamentária.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### **4 EQUIPAMENTOS**

#### **4.1 Descrição geral**

Unidade de climatização de precisão, tecnologia de expansão direta com fluido refrigerante R410A, ventiladores EC de alta eficiência, controlador inteligente iCOM™, umidificador infravermelho integrado e fluxo de ar descendente, ventilação frontal com controle eletrônico.

#### **4.2 Relação dos equipamentos**

- Liebert PEX 2050 – série 21F01060052136010002;
- Liebert PEX 2050 – série 21F01060052136010001;
- Liebert PEX 1035 – série 21F01059522136030002;
- Liebert PEX 1035 – série 21F01059422136030002

### **5 MANUTENÇÕES**

#### **5.1 Local e horário da prestação dos serviços**

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Chapecó, Rod. SC 484 km 02, Bairro Fronteira Sul, Subsolo do Bloco da Biblioteca, Data Center, Sala 013 Chapecó – SC, CEP: 89815-899.

Os horários de execução dos serviços serão preferencialmente entre as 08:00 e as 12:00 horas e entre as 13:00 e as 17:00 horas de segunda a sexta-feira. Os horários, a critério da UFFS, podem ser alterados (noturnos ou dias não úteis) caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento das atividades da instituição.

#### **5.2 Materiais a serem utilizados**

A CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que julgar necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

#### **5.3 Preventivas trimestrais**

Relação de atividades mínimas a serem executadas nas manutenções preventivas nos equipamentos de climatização:

- Análise do histórico de alarmes no painel do FCP;
- Download do histórico de alarmes via software de serviço;
- Análise dos parâmetros operacionais, setup, alarmes e ocorrências;
- Verificação da versão de firmware e atualizações FCN(Field Change Notification);



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Inspeção do filtro de ar – verificar necessidade limpá-lo ou substituí-lo;
- Verificação de pontos de aquecimento em conexões e cabeamento com termômetro laser. Inspeccionar partes danificadas, cabos ou componentes queimados ou aquecimentos;
- Limpeza geral;
- Inspeção visual de conectores e cabos;
- Verificação do fluxo de ar nos equipamentos;
- Verificar os rolamentos para ruídos ou vibrações anormais;
- Reaperto das conexões de potência;
- Verificar se há sinais de vazamento de água no equipamento;
- Observação do funcionamento dos ventiladores;
- Verificar as correias do evaporador, ajuste ou troque-a se necessário;
- Aferição dos leitores digitais;
- Verificação do pressostato diferencial do filtro de ar e do ventilador;
- Verificar a sequência operacional do sistema;
- Limpar a bandeja do umidificador e o sifão correspondente;
- Verificar a lâmpada infrared/canister;
- Verificar o funcionamento e estanqueidade da válvula de água gelada (V2V / V3V);
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem no equipamento.

### **5.4 Corretivas sob demanda.**

Os serviços de manutenção corretiva serão ilimitados, prestados pela CONTRATADA a chamado da CONTRATANTE sempre que necessário, vinte e quatro horas por dia e durante todos os dias que o presente contrato estiver em vigor, incluindo-se sábados, domingos e feriados.

## **6 SUPORTE TÉCNICO**

A CONTRATADA deverá disponibilizar após a assinatura do contrato, um canal de atendimento onde a contratante poderá entrar em contato para sanar dúvidas técnicas a respeito do funcionamento e operação do equipamento e alarmes, durante a vigência do contrato, sem limite de atendimentos.

## **7 PMOC**

A contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Termo de Responsabilidade e Técnica (TRT).

## **8 GARANTIA.**

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será no mínimo igual à menor garantia do material, da peça ou do insumo aplicado em determinado serviço, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão da nota fiscal referente àquele serviço.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Se os materiais fornecidos forem de qualidade inferior ou inadequados, o custo de substituição pode ser significativo. Uma garantia maior serve como uma medida de segurança contra esses custos adicionais.

Quando a contratada é responsável tanto pelo serviço quanto pelo fornecimento dos materiais, ela tem uma responsabilidade integrada pelo resultado final. Uma garantia maior reforça essa responsabilidade, assegurando que o fornecedor seja diligente em ambas as frentes

### **9 SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DO AR CONDICIONADO.**

São encargos da contratada, responsável pela execução dos serviços:

- A CONTRATADA deverá segurar os equipamentos, materiais e equipamentos, durante todo período de sua instalação, incluindo riscos de incêndio, danos durante o transporte, etc., devendo toda instalação ser entregue, de maneira impecável, ao Contratante;
- A CONTRATADA também deverá mão de obra especializada para instalação e regulação de todos os equipamentos fornecidos;
- Todos os reparos, adaptações, instalações deverão ser feitos no mesmo padrão dos materiais existentes;

Chapecó, 16 de julho de 2025.

---

***Daniel Espig***

ENG. MEC. CREA SC 114137-1

SIAPE 1940221



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

**MEMORIAL DESCRITIVO E DE ESPECIFICAÇÕES:  
ORÇAMENTO E DIRETRIZES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO  
SISTEMA NOBREAK DO DATA CENTER**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

## Índice

1 DADOS DA OBRA.....	3
2 APRESENTAÇÃO.....	3
3 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	3
4 NORMAS APLICÁVEIS.....	4
5 Recomendações Para Execução das Instalações.....	4
6 Da rotina de manutenção.....	5
7 Da planilha orçamentária:.....	5
7.1 Da mão de obra:.....	5
7.2 Das peças e equipamentos:.....	6
7.3 Do BDI:.....	6
8 correção de serviços e substituição de materiais:.....	6
9 ELEMENTOS DE PROTEÇÃO NA EXECUÇÃO.....	6
10 SERVIÇOS.....	7
11 ESPECIFICAÇÃO DE MARCA E MODELOS PARA MATERIAIS.....	8
12 MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS.....	8
13 ANEXO I.....	9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

## **1 DADOS DA OBRA**

OBRA: Manutenção preventiva e corretiva do sistema nobreak do Data Center da UFFS.

LOCAL: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul , Chapecó, SC.

EQUIPAMENTOS:

Model: Liebert APM 300 120kva

N/S: 21012008112142020001

Input: 380 Volts

Output: 380 Volts

TAG: UPS X

Model: Liebert APM 300 120kva

N/S: 21012008112142030005

Input: 380 Volts

Output: 380 Volts

TAG: UPS Y

## **2 APRESENTAÇÃO**

Este projeto tem a finalidade de apresentar uma estimativa de custos e diretrizes de manutenção anual para o Data Center da UFFS, com vistas a garantir a segurança dos usuários, a integridade e continuidade da operação do sistema de tecnologia e informação.

Antes de iniciar a execução dos serviços, a empresa contratada deverá ler atentamente este memorial e esclarecer antecipadamente quaisquer dúvidas que possam ocorrer.

## **3 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

Fazem parte deste projeto os seguintes documentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

- Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- Memorial descritivo e de especificações;
- Planilha orçamentária;

#### **4 NORMAS APLICÁVEIS**

- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 15014:2003 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (nobreak) - Terminologia

Considerar todas as normas em sua última revisão na data de elaboração deste projeto.

#### **5 RECOMENDAÇÕES PARA EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

Dúvidas que eventualmente surgirem deverão ser esclarecidas antecipadamente com a fiscalização do contrato de manutenção, sendo que qualquer serviço executado baseado em interpretações errôneas será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

O espaço dos serviços deverá ser o mais organizado possível mantendo-se todos os materiais que não estão em uso guardados em local apropriado e protegidos contra ações da chuva e do sol e com possibilidade para trancamento como impedimento de furtos.

As ferramentas utilizadas deverão ser as apropriadas para o tipo de trabalho, não sendo permitido adaptações que possam vir a danificar os materiais, instalar de forma inadequada ou causar risco de acidente ao operador do equipamento ou a terceiros.

A equipe envolvida nos serviços de manutenção deverá ter treinamento apropriado à sua atividade (eletricidade, trabalho em altura, etc.) e usar, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apropriados.

As dúvidas que, por ventura venham a ocorrer durante a execução dos serviços, deverão ser sanadas através de consulta ao fiscal do contrato.

Toda a responsabilidade sobre o pessoal e o resultado de suas ações, bem como as instalações realizadas recairão sobre o PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

## **6 DA ROTINA DE MANUTENÇÃO**

As manutenções se dividem em preventivas e corretivas. As manutenções preventivas serão trimestrais, sendo pelo menos uma delas com previsão de parada técnica. As manutenções corretivas serão realizadas sob demanda e são ilimitadas.

Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de operação, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o equipamento.

A manutenção preventiva deverá contemplar, no mínimo, o cronograma de rotinas de manutenção apresentada no ANEXO I.

A manutenção corretiva abrangerá todo o serviço necessário ao pleno funcionamento dos equipamentos e consistirá no desempenho de atividades destinadas a corrigir falhas, irregularidades ou defeitos apresentados, incluindo serviço de reparo nas peças e componentes, colocando-os em perfeitas condições de uso e a eventual necessidade de carga de gás e fornecimento deste, sempre que solicitado.

A adoção dos procedimentos supracitados não exige a contratada de incluir no escopo dos seus serviços algum outro procedimento que julgar necessário à manutenção corretiva/preventiva dos equipamentos.

O Técnico da empresa deverá se apresentar a um dos fiscais do contrato e colher data/hora e assinatura de servidor daquela unidade, para fins de averiguação do cumprimento do contrato.

## **7 DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:**

### **7.1 Da mão de obra:**

No item 1 (manutenção preventiva e corretiva do data center) da planilha orçamentária estão previstos os valores mensais do contrato de manutenção preventiva e corretiva. Cabe ressaltar que os valores incluem as manutenções do sistema nobreak e da climatização de precisão do Data Center da UFFS.

Os serviços contemplados e/ou excluídos do valor de mão de obra deverão ser consultados no contrato a ser assinado entre as partes.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

## **7.2 Das peças e equipamentos:**

Os valores estimados no item 2 (peças sob demanda) são os mesmos adotados na licitação do contrato nº 09/2020. Cabe ressaltar que os valores incluem as peças do sistema nobreak e da climatização de precisão do Data Center da UFFS.

## **7.3 Do BDI:**

Para composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDIs) foi tomado como referência o Acórdão nº 2622/13 do TCU.

Para o BDI de mão de obra foi adotado o percentual de 4% de ISSQN do item 31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres - da TABELA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN de Chapecó.

O BDI adotado para peças e equipamentos tem a parcela do ISS zerada.

## **8 CORREÇÃO DE SERVIÇOS E SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS:**

Os serviços prestados pela empresa contratada e os materiais por ela aplicados que apresentarem mau funcionamento ou inoperabilidade deverão ser reexecutados ou substituídos. Caso a fiscalização entenda que a reexecução ou a substituição sejam motivadas pela empresa executora, não serão pagos novos deslocamentos, horas trabalhadas, materiais e serviços para a reexecução/substituição.

## **9 ELEMENTOS DE PROTEÇÃO NA EXECUÇÃO**

A CONTRATADA será responsável pela segurança de seus funcionários, munindo-os com todos os equipamentos necessários à proteção individual e coletiva, durante a realização dos serviços, bem como de uniforme com logomarca da empresa ou crachá de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

Além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a CONTRATADA deverá adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física dos trabalhadores e transeuntes.

A CONTRATADA será responsável pela obediência a todas as recomendações, relacionadas à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-10, do Ministério do Trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

A CONTRATADA deverá manter particular atenção para o cumprimento de procedimentos para proteger as partes móveis dos equipamentos e evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho.

Em obediência ao disposto na Norma Regulamentadora NR-18 e NR10 serão de uso obrigatório os seguintes equipamentos:

- Capacetes de segurança: para trabalhos em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador. Nos casos de trabalhos realizados próximos a equipamentos ou circuitos elétricos será exigido o uso de capacete específico;
- Protetores faciais: para trabalhos que ofereçam perigo de lesão por projeção de fragmentos e respingos de líquidos, bem como por radiações nocivas nos olhos;
- Óculos de segurança contra radiações: para trabalhos que possam causar irritação nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de radiações.
- Óculos de segurança contra respingos: para trabalhos que possam causar irritações nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos.
- Protetores auriculares: para trabalhos realizados em locais em que o nível de ruído for superior ao estabelecido na NR-15.
- Luvas e mangas de proteção: para trabalhos em que haja possibilidade do contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou quaisquer radiações perigosas. Conforme o caso, as luvas serão de couro, de lona plastificada, de borracha ou de neoprene;
- Botas de borracha ou de PVC: para trabalhos executados em locais molhados ou lamacentos, especialmente quando na presença de substâncias tóxicas.
- Botinas de couro: para trabalhos em locais que apresentem riscos de lesão do pé.
- Cintos de Segurança: para trabalhos em que haja risco de queda;

## 10 SERVIÇOS

Quando da execução, os serviços devem ser executados por profissionais qualificados, habilitado, capacitados e autorizados, obedecendo as normas brasileiras pertinentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@ufff.edu.br, www.ufff.edu.br

## **11 ESPECIFICAÇÃO DE MARCA E MODELOS PARA MATERIAIS**

Os materiais instalados poderão ter sua qualidade e modelos substituídos por outras similares, desde que atendam a qualidade, normatização NBR e utilidade prevista na especificação original, e ainda seja AUTORIZADO PELA FISCALIZAÇÃO antes de sua devida aplicação.

A contratada deverá fornecer todos os subsídios à fiscalização para que seja possível esclarecer dúvidas quanto à equivalência técnica e orçamentária de itens.

## **12 MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS**

As ferramentas e equipamentos de uso no canteiro de obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de execução de manutenção/adequação e necessidades do cronograma de execução das obras, observadas as especificações estabelecidas.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, atestados pela FISCALIZAÇÃO antes da aquisição e estarem de acordo com as especificações e normas técnicas vigentes.

Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para da UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

Os materiais que não atenderem às especificações não serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO para emprego nas obras e não poderão ser estocados no canteiro-de obras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó-SC, CEP 89815-899, 49 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

## 13 ANEXO I



**PROPOSTA TÉCNICA: BR-18-0969-02A**

### ANEXO I

#### **ROTEIRO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - UPS**

<b>Atividades UPS</b>	<b>Sem Parada</b>	<b>Com Parada</b>
Análise do histórico de alarmes e eventos no Painel do UPS	X	X
Download histórico de alarmes, parâmetros e setup com software de Serviços		X
Download histórico de eventos e grandezas elétricas com Software de Serviços	X	X
Análise dos parâmetros operacionais, setup e ocorrências – ajuste se necessário via Software Serviços		X
Verificar versão de Firmware e atualizações de FCN (Field Change Notification)		X
Inspeção do filtro de ar – verificar necessidade limpa-lo ou substitui-lo	X	X
Verificação de pontos de aquecimento em conexões e cabeamento com termômetro laser	X	X
Limpeza geral		X
Inspeção dos conectores	X	X
Reaperto das conexões de potência		X
Teste de alarme sonoro e display digital	X	X
Observação de funcionamento dos ventiladores	X	X
Verificação de funcionamento dos leitores digitais	X	X
Aferição dos leitores digitais		X
Observação da forma de onda de saída		X
Verificação da corrente do filtro do inversor		X
Verificação das fontes lógicas		X
Teste da chave estática		X
Teste de sincronismo		X
<b>Atividades BATERIAS</b>	<b>Sem Parada</b>	<b>Com Parada</b>
Verificação da tensão dos strings (bandejas) de baterias	X	
Verificar a temperatura dos strings de baterias com termômetro laser	X	
Leitura da tensão total do Banco de Baterias	X	X
Verificação da tensão <u>individual</u> de todas as baterias		X
Verificar a temperatura <u>individual</u> de todas as baterias		X
Verificar aperto das conexões das baterias		X
Limpar oxidação dos pólos das baterias e passar graxa nas conexões se necessário		X
Teste de descarga das baterias (depende aprovação do cliente)		X

Eng. Eletricista Matheus Todescatt  
CREA-SC: 111551-1

Universidade Federal da Fronteira Sul



ÓRGÃO/EMPRESA  
ÓRGÃO OU EMPRESA PROPRIETÁRIO(A) DA OBRA - CIDADE-ESTADO  
SETOR/EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO  
OBRA/SERVIÇO

ORÇAMENTO ANALÍTICO

NÚMERO TOTAL DE LINHAS: 16  
TOTAL GERAL: R\$ 759.462,67  
DESCONTO EMPRESA: 0,000000%  
BDI DA OBRA: 27,91%  
BDI DE EQUIP.: 15,28%

BASES DE DADOS UTILIZADAS:

REFERÊNCIA SINAPI: Não disponível!

REFERÊNCIA ORSE: Não utilizada!

Última atualização em 10/07/2025 às 11:47:24

OrcamentoUFFS 4.2.release.20250529

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	CUSTO UN.	CUSTO TOTAL	BDI	CUSTO TOTAL COM BDI	% ITEM
1			MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO DATA CENTER			SUBTOTAL	R\$ 537.052,30		R\$ 686.943,60	90,4513%
1.1	C. PRÓPRIA	IE-C.2428	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO DATA CENTER	MES	60,00	R\$ 8.950,87	R\$ 537.052,30	27,91%	R\$ 686.943,60	90,4513%
			SUBTOTAL ITEM: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO DATA CENTER				R\$ 537.052,30		R\$ 686.943,60	90,4513%
2			PEÇAS SOB DEMANDA			SUBTOTAL	R\$ 62.906,90		R\$ 72.519,07	9,5487%
2.1	C. PRÓPRIA	EA-C.2001	PEÇAS SOB DEMANDA	CJ	1,00	R\$ 62.906,90	R\$ 62.906,90	15,28%	R\$ 72.519,07	9,5487%
			SUBTOTAL ITEM: PEÇAS SOB DEMANDA				R\$ 62.906,90		R\$ 72.519,07	9,5487%
			TOTAL GERAL				R\$ 599.959,20		R\$ 759.462,67	100,00%

OrcamentoUFFS												
Base de composições do usuário												
REFERÊNCIA SINAPI: Não disponível!												
REFERÊNCIA ORSE: Não utilizada!												
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO COMPLETA: 10/07/2025 às 11:45:32												
CÓDIGO COMP.	FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO MATERIAL	CUSTO MÃO DE OBRA	CUSTO EQUIPAMENTO	CUSTO ESPECIAIS
IE-C.2428	C. PRÓPRIA		MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO DATA CENTER		MES			8.950,8700	0,0000	8.950,8700	0,0000	0,0000
-----	I. PRÓPRIO	IE-I.2001		Manutenções preventivas trimestrais e corretivas sob demanda - Climatização de precisão e nobreak.	MES	1,000000	8.950,8700	8.950,8700	0,0000	8.950,8700	0,0000	0,0000
EA-C.2001	C. PRÓPRIA		PEÇAS SOB DEMANDA		CJ			62.906,900000	62.906,900000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EA-I.2002		Peças sob demanda	CJ	1,000000	62.906,900000	62.906,900000	62.906,900000	0,000000	0,000000	0,000000

OrcamentoUFFS  
Base de insumos do usuário

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TIPO	CUSTO (R\$)	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	COTAÇÃO 4	COTAÇÃO 5	COTAÇÃO 6	DATA PESQ.
IE-I.2001	Manutenções preventivas trimestrais e corretivas sob demanda - Climatização de precisão e nobreak.	MES	1	8.950,870	8.741,91	5.863,50	12.508,80	8.689,27			28/05/2025
EA-I.2002	Peças sob demanda	CJ	0	62.906,900	62.906,90						28/05/2025



ÓRGÃO/EMPRESA  
ÓRGÃO OU EMPRESA PROPRIETÁRIO(A) DA OBRA  
SETOR/EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO  
OBRA/SERVIÇO  
CIDADE-ESTADO

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA  
BDI OBRA

TIPO DE CONTRATAÇÃO

Construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	4,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	5,92%
Seguro + Garantia	SG	0,51%
Risco	R	1,48%
Despesas Financeiras	DF	1,07%
Lucro	L	8,31%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	4,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração))	CPRB	0,00%

BDI (Benefícios e despesas indiretas)

BDI ADOTADO (OBRA)	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	27,91%
--------------------	---	--	---	---	---	--------

X ANEXO: Relatório Técnico Circunstanciado justificando a adoção do percentual de cada parcela do BDI.

OBSERVAÇÕES

Percentual de BDI fora do intervalo do Acórdão devido que o percentual de 100% sobre a base de cálculo do ISS.

Adotado item 31.01 do código tributário de Chapecó.

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CIDADE-ESTADO, quarta-feira, 16 de julho de 2025

Eng. Mec. Daniel Espig  
Secretaria Especial de Obras

Matheus Todescatt  
Secretaria Especial de Obras





ÓRGÃO/EMPRESA  
ÓRGÃO OU EMPRESA PROPRIETÁRIO(A) DA OBRA  
SETOR/EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO  
OBRA/SERVIÇO  
CIDADE-ESTADO

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA  
BDI EQUIPAMENTOS

TIPO DE CONTRATAÇÃO

Fornecimento de materiais e equipamentos - aquisição indireta, junto com a licitação da obra

OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	0,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	0,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	3,45%
Seguro + Garantia	SG	0,48%
Risco	R	0,85%
Despesas Financeiras	DF	0,85%
Lucro	L	5,11%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração))	CPRB	0,00%

BDI (Benefícios e despesas indiretas)

BDI ADOTADO (OBRA)	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	15,28%
--------------------	---	--	---	---	---	--------

OBSERVAÇÕES

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CIDADE-ESTADO, quarta-feira, 16 de julho de 2025

Eng. Mec. Daniel Espig  
Secretaria Especial de Obras

Matheus Todescatt  
Secretaria Especial de Obras



# Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC



## ART OBRA OU SERVIÇO

25 2025 10013636-2

Inicial  
Equipe - ART Principal

### 1. Responsável Técnico

**DANIEL ESPIG**

Título Profissional: Engenheiro Mecânico

RNP: 2209577896

Registro: 114137-1-SC

Empresa Contratada: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Registro: C04120-9-SC

### 2. Dados do Contrato

Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul

Endereço: RODOVIA SC 484 - KM 02

Complemento:

Cidade: CHAPECO

Valor: R\$ 1.000,00

Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: FRONTEIRA SUL

UF: SC

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50

Nº: 02

CEP: 89815-899

### 3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: Universidade Federal da Fronteira Sul

Endereço: RODOVIA SC 484, KM02

Complemento:

Cidade: CHAPECO

Data de Início: 01/02/2025

Finalidade: Escolar

Previsão de Término: 15/07/2025

Bairro: FRONTEIRA SUL

UF: SC

Coordenadas Geográficas:

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50

Nº: 02

CEP: 89815-899

Código:

### 4. Atividade Técnica

Memorial Descritivo

Orçamento

**Sistema de Climatização**

Dimensão do Trabalho:

50,00

Tonelada de Refrigeração

### 5. Observações

Elaboração de BDI e estimativa orçamentária para contratação de serviços de manutenções no sistema de climatização de precisão do Data Center, na Unidade da UFFS campus Chapecó/SC.

### 6. Declarações

. A acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

### 7. Entidade de Classe

ASSENAR - 30

### 8. Informações

. A ART é válida somente após o pagamento da taxa.

Situação do pagamento da taxa da ART em 15/07/2025: TAXA DA ART A PAGAR

Valor ART: R\$ 103,03 | Data Vencimento: 25/07/2025 | Registrada em: 15/07/2025

Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número: 14002504000319922

. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-sc.org.br/art](http://www.crea-sc.org.br/art).

. A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

. Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

### 9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

CHAPECO - SC, 15 de Julho de 2025

DANIEL ESPIG

844.820.289-91



CREA-SC  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Santa Catarina



# Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC



## ART OBRA OU SERVIÇO

25 2025 10013859-0

Inicial

Equipe - ART 10013636-2

### 1. Responsável Técnico

**MATHEUS TODESCATT**

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 2207730891  
Registro: 111551-1-SC

Empresa Contratada: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Registro: C04120-9-SC

### 2. Dados do Contrato

Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul  
Endereço: RODOVIA SC 484 - KM 02  
Complemento:  
Cidade: CHAPECO  
Valor: R\$ 10.000,00  
Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: FRONTEIRA SUL  
UF: SC

Ação Institucional:  
Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50  
Nº: 02

CEP: 89815-899

### 3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: Universidade Federal da Fronteira Sul  
Endereço: RODOVIA SC 484, KM02  
Complemento:  
Cidade: CHAPECO  
Data de Início: 01/02/2025  
Finalidade: Escolar

Previsão de Término: 15/07/2025

Bairro: FRONTEIRA SUL  
UF: SC

Coordenadas Geográficas:

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50  
Nº: 02

CEP: 89815-899

Código:

### 4. Atividade Técnica

Memorial Descritivo

Orçamento

**Alimentação de energia elétrica sem Interrupção (No Break)**

Dimensão do Trabalho:

240,00

Quilovolt(s)-Ampere

### 5. Observações

Elaboração de BDI e de estimativa orçamentária para contratação de serviços de manutenções do sistema de nobreak (UPS - Uninterruptible Power Supply) do Data Center, na Unidade da UFFS.

### 6. Declarações

. A acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

### 7. Entidade de Classe

AEAO - 6

### 8. Informações

- . A ART é válida somente após o pagamento da taxa.  
Situação do pagamento da taxa da ART em 15/07/2025: TAXA DA ART A PAGAR  
Valor ART: R\$ 103,03 | Data Vencimento: 25/07/2025 | Registrada em:  
Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número:
- . A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-sc.org.br/art](http://www.crea-sc.org.br/art).
- . A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- . Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

### 9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

CHAPECO - SC, 15 de Julho de 2025

MATHEUS TODESCATT  
012.156.070-83



CREA-SC  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
"Superintendência de Compras e Licitações"

## MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº\_\_\_\_\_,  
sediada\_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**,  
declara que **vistoriou o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições  
locais para o cumprimento das obrigações** da contratação de empresa de manutenção preventiva  
e corretiva do data center, estando ciente das condições de execução dos serviços, não podendo  
em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para  
efeitos elaboração da Proposta de Preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal do fornecedor, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

OU

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº\_\_\_\_\_,  
sediada\_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**,  
declara que **conhece o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições  
locais para o cumprimento das obrigações** da contratação de empresa de manutenção preventiva  
e corretiva do data center, estando ciente das condições de execução dos serviços, não podendo  
em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para  
efeitos elaboração da Proposta de Preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal do fornecedor, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

OU



\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu responsável técnico infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº 90015/2025**,  
declara que **possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades** da contratação de  
empresa de manutenção preventiva e corretiva do data center, estando ciente das condições de  
execução dos serviços, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das  
peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da Proposta de Preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Responsável **técnico** do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)



## REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

**Pregão Eletrônico Tradicional nº 15/2025**

**Objeto:** Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva do Data Center

### ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR/LICITANTE

- As comprovações de atendimento do requisito ambiental deverão ser enviadas juntamente com a proposta de preços, sob pena de desclassificação da proposta;
- Caso o fabricante esteja dispensado do registro ambiental solicitado, por força de dispositivo legal ou por se tratar de fabricação estrangeira, o licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços e anexar junto a esta, o documento comprobatório;
- Caso se trate de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços.
- Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto, conforme indicado neste documento, a proposta selecionada será desclassificada.

### CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS EXIGIDAS

#### Itens/descrição genérica

#### Certificação ambiental exigida/Base legal

**Itens 1, 2 - AQUISIÇÃO DE (OU SERVIÇOS QUE UTILIZEM) BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

#### **Requisito ambiental:**

Só será admitida a oferta de bem de informática e/ou automação que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO.

\* Orientação extraída do Guia Nacional de Compras Sustentáveis DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição, Outubro/2024, pág. 233

**IMPORTANTE:** A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências, a comprovação deve ser enviada pela contratada a equipe de fiscalização sempre que peças e equipamentos devam ser substituídos.



**F0310 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE N° Requisitos de Sustentabilidade/2025 - SUCL (10.46.04)**  
(N° do Documento: 7)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/06/2025 16:50 )

ROSANGELA FRASSAO BONFANTI

TECNICO DE LABORATORIO AREA

SGCS (10.46.04.02.02)

Matrícula: ###520#5

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 7,  
ano: 2025, tipo: **F0310 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**, data de emissão: 10/06/2025 e o código de  
verificação: **f7e2a27992**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

# Estudo Técnico Preliminar 24/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.014013/2025-21

## 2. Descrição da necessidade

A UFFS estruturou seu Data Center considerando a amplitude de demandas e baseado no crescimento, segurança e disponibilidade dos recursos alocados, em que os diversos sistemas e cursos institucionais necessitam para proporcionar ensino, pesquisa e extensão com qualidade. Neste contexto, foram adquiridos equipamentos com diferentes níveis de complexidade, desde itens comuns, com ampla disponibilidade no mercado, até itens de comercialização e assistência técnica restrita a empresas específicas.

Esses itens, com comercialização e assistência técnica restritas, não estão ligados a controles legais, mas sim a equipamentos de alta complexidade e custo, cuja comercialização é realizada exclusivamente pelo fabricante. Já a manutenção e a assistência técnica, necessitam de elevado grau de precisão e especialização, sendo fornecidas exclusivamente pelo próprio fabricante.

Os equipamentos objeto desta contratação são complexos e atuam em funções essenciais, como garantir a precisão da climatização e o fornecimento de energia estabilizada para os equipamentos no Data Center. Portanto, o pleno funcionamento desses equipamentos é indispensável. Sem esses equipamentos, todos os serviços prestados a partir do Data Center, incluindo os sistemas acadêmicos e administrativos, podem ser afetados.

Os prejuízos que a indisponibilidade dos referidos equipamentos causam na instituição são imensuráveis, afetando diretamente a atividade-fim da instituição. Neste caso, a situação fica agravada considerando o fato de não termos equipamentos substitutos em nossa infraestrutura.

Deste modo, faz-se necessária a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva junto às empresas especializadas, a fim de garantir a disponibilidade destes equipamentos e evitar possíveis falhas/paradas. E, em caso de ocorrência, reduzir o tempo de resposta.

Uma nova contratação deve-se pela não possibilidade de renovação contratual do atual contrato (CT 09/2020), tendo em vista o atingimento do prazo máximo contratual de 5 anos, previstos na legislação anterior

Justifica-se pela necessidade da manutenção preventiva para as máquinas de climatização de precisão e UPS, pois mesmo estando com manutenções preventivas em dia, a descontinuidade desta manutenção especializada pode ocasionar defeito no equipamento. Além de manter e atualizar o parque de máquinas e equipamentos de T. I, com total disponibilidade dos recursos, sendo sistemas/ equipamentos de extrema importância para o bom funcionamento das demais máquinas instaladas no Data Center.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Gestão do Data Center (SGDC)	Ezequiel Roque dos Santos

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 CLASSIFICAÇÃO E NATUREZA DO OBJETO

A presente licitação é classificada como Serviço Comum de Engenharia, considerando o artigo 6º, inciso XXI "a" da Lei nº 14.133, de 2021, onde as definições de Serviço Comum de Engenharia são: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

### 4.2 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS



O serviço é caracterizado como continuado e sem mão de obra exclusiva, uma vez que requer uma prestação contínua ao longo do tempo. A vigência plurianual é mais vantajosa, pois, ao estabelecer um contrato de longo prazo, é possível reduzir os custos administrativos relacionados à renegociação e recontração periódica. Além disso, a interrupção dos serviços, a curto prazo, pode inviabilizar a continuidade das atividades institucionais, uma vez que, em conjunto com o sistema de detecção precoce de incêndio e o gerador de energia, é garantida com segurança a disponibilidade dos recursos alocados no Data Center da UFFS.

#### 4.3 DOS PRAZOS

O prazo de vigência inicial do contrato é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com base nos artigos 106, 107 e 108 da Lei no 14.133/2021;

O início da vigência será após finalização do Contrato no 09/2020, cuja vigência se encerra em 25/03/2026.

#### 4.4 REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

Contratação de pessoa jurídica com registro em validade no CREA e/ou ao CRT que possua em seu quadro de funcionários engenheiro ou técnico, para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização de precisão e UPS. O fornecimento de peças sob demanda está incluído, com o objetivo de conservar os equipamentos, prolongar sua vida útil e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos presentes no Data Center da UFFS.

A empresa contratada deverá possuir materiais, ferramentas, estrutura física apropriada e equipe técnica especializada, com registro em validade no CREA e/ou ao CRT, para instalação e manutenção dos equipamentos, a fim de atender integralmente ao objeto da licitação.

Executar os trabalhos com utilização de mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar as normas técnicas gerais exigidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e/ou dos Técnicos Industriais, na fiscalização e execução correspondentes a cada serviço descrito no Termo de Referência.

A contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e /ou Termo de Responsabilidade e Técnica (TRT).

#### 4.5 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento deste objeto.

Todos os fornecedores, deverão comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação dos documentos que seguem:

##### **Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CRT.

A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66).

A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

##### **Capacidade técnico-operacional**

Comprovação da capacitação técnico-operacional para execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em:

- sistema de climatização central de precisão com capacidade mínima de 15 TR, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.
- equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break) com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

O licitante deve apresentar comprovação de que possui vínculo com fabricante dos equipamentos para aquisição de peças, materiais de reposição, atualizações de firmware e aferição dos equipamentos relacionados. E para tal, serão aceitas para fins de comprovação a apresentação de contrato vigente com o fabricante ou declaração formal emitida pelo mesmo. Sendo, dispensado caso a empresa seja a própria fabricante.

Caso seja necessário, o UFFS poderá solicitar diligências referente aos atestados e documentos, a fim de que a empresa demonstre quais os serviços que foram realizados. Para tanto, a empresa vencedora poderá apresentar o contrato de prestação de serviços ou outros documentos, demonstrando que os serviços foram executados e atendem ao exigido neste Termo de Referência.

##### **Capacidade técnico-profissional**

Comprovação da capacitação técnico-profissional para execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em:

- sistema de climatização central de precisão com capacidade mínima de 15 TR, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica – RRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

- equipamento de alimentação ininterrupta de energia (no break) com capacidade mínima de 90 kVA, por período não inferior a 01(um) ano, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica – RRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

O(s) responsável(is) técnico(s) acima elencado(s) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; profissional que conste como responsável técnico no registro da licitante no conselho profissional competente; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

#### 4.6 SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.7 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio. A experiência prática, alicerçada nas diversas manifestações da Corte de Contas - TCU, demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade.

#### 4.8 SERVIÇO TERCEIRIZADO

Obras e serviços em geral: Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

#### 4.9 DA TITULARIDADE DO IMÓVEL

Data Center, imóvel com registro na matrícula nº 83046, localizado no Campus Chapecó - SC, Prédio da Biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul, na Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó, SC - Brasil, CEP 89815-899.

#### 4.10 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois, conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário).

#### 4.11 PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO E CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

A UFFS não conta com processos padronizados para contratação de serviços para manutenção no Data Center. O planejamento desta contratação segue uma estruturação que vem sendo utilizada pela UFFS há anos e foi elaborada a partir das necessidades institucionais. Na busca pela padronização, a Unidade Requisitante consultou o Catálogo Eletrônico da Padronização disponível no link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao> e não encontrou artefatos de planejamento padronizados para o item demandado.

#### 4.12 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Não se aplica, considerando-se o vulto e/ou complexidade da solução.

## 5. Levantamento de Mercado

A solução a ser contratada definida: manutenção dos aparelhos de climatização de precisão e UPS, uma vez que temos os equipamentos instalados em nosso Data Center.

Em pesquisa no painel de serviços por modelos de contratação observou-se três modelos:

1. Contrato englobando todos os serviços e peças;
2. Contrato englobando todos os serviços e algumas peças consideradas de alto risco pagas quando da sua utilização;
3. Contrato englobando todos os serviços e todas as peças pagas à parte quando da sua utilização;

O modelo 1 (um) tem a vantagem de se ter um valor fixo mensal independente dos defeitos apresentados. Como desvantagem, pode-se citar o alto custo, devido ao risco que a contratada assume e que repassa para o valor a ser cobrado mensalmente. Também pode ocorrer da contratada retardar a substituição de peças defeituosas.

O modelo 2 (dois) permite um valor fixo mensal para as manutenções e somente se paga por

peças de maior custo, devidamente justificadas.

O modelo 3 (três) tem a vantagem de se ter um custo fixo baixo com as manutenções. Tem a

desvantagem de tornar burocrático a substituição de peças, o que tende a retardar a execução dos serviços, além da possibilidade da contratada trocar peças desnecessárias. Pensando-se na economicidade de recursos alocados na contratação, optou-se por este modelo.

Nesse campo, há um enorme arcabouço de normas e padrões de segurança a serem atendidos (ABNT, ISO, etc.) os quais são destinados à especificação dos sistemas, equipamentos, procedimentos, e certificações, dada a sua importância para a segurança patrimonial das instituições públicas. Há diversas empresas fabricantes e prestadoras de serviços especializadas, habilitadas a operar por meio de processo licitatório.

Assim, a solução adotada consiste na contratação de empresa especializada e habilitada para manutenção dos sistemas de climatização de precisão e UPS do Data Center, com fornecimento de peças sob demanda.

Foi realizada consulta a empresas com capacidade técnica e reconhecida idoneidade no mercado, ligadas a contratações similares disponíveis no PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>). Porém, devido à especificidade da infraestrutura da UFFS, não foi possível realizar comparações precisas de valores. Adicionalmente, foram realizadas pesquisas via ferramentas de busca e contatos diretos com fornecedores do setor, solicitando proposta de valores para realização dos serviços que atendessem a demanda.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização de precisão e UPS, com fornecimento de peças originais por demanda, a serem executados no Data Center – Campus Chapecó - SC, Prédio da Biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul, localizado na Rodovia SC 484 - Km 02, Chapecó, SC - Brasil, CEP 89815-899, imóvel com registro na matrícula nº 83046.

Os serviços a serem contratados abrangem os seguintes equipamentos:

- Climatização de precisão: 2 equipamentos Liebert PEX1035 e 2 equipamentos Liebert 2050;
- UPS: 2 equipamentos APM 300 da marca Emerson.

A contratada deverá elaborar e implementar o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Os serviços eventualmente não explícitos no Termo de Referência, mas necessários ao funcionamento eficiente dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada.

- Cumprir o cronograma previsto e cumprir a Rotina Mínima de Manutenção, conforme descrito no Termo de Referência;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos relacionados no Termo de Referência. Em caso de serviços no período de garantia, os serviços deverão ser realizados por profissionais do próprio fabricante ou devidamente credenciados por este;
- Na impossibilidade de execução de instalação e/ou manutenção preventiva conforme o cronograma previsto deverá ser feita a justificativa e o reagendamento;
- Fornecer a lista de contato (Helpdesk, Hotline, Celular de Funcionários, etc.) atualizada para o cumprimento deste Contrato;
- A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada de modo a serem atingidas as seguintes metas:
  - Manter o sistema de climatização de precisão e UPS em perfeitas condições de funcionamento;
  - Elaborar estudo, análise e proposta para melhoria do sistema, quando necessário ou solicitado pela Contratante;
- A aquisição de peças necessárias à manutenção dos equipamentos será realizada conforme disposto no Termo de Referência.
- Havendo necessidade de modificações elétricas, mecânicas ou de acabamentos diferentes da originalidade do Equipamento, a contratada deverá apresentar relatório com os documentos técnicos (laudos, medições, ensaios, etc.) de forma a caracterizar e comprovar a necessidade, e somente poderá ser executado se aprovado pela CONTRATANTE.
- A Contratada deverá possuir e fornecer todos os equipamentos especializados para execução adequada dos serviços de higienização requeridos.
- A Contratada deverá utilizar produtos químicos adequados, devidamente registrados ou notificados no Ministério da Saúde e de acordo com as recomendações do fabricante, fornecendo ficha técnica e Ficha e Informação de Segurança de Produtos Químicos(FISPQ).
- Fornecer, quando solicitado, o respectivo certificado de qualidade dos componentes utilizados.
- Responsabilizar-se pela retirada do material sucateado, danificado, substituído, inclusive suas embalagens, resultante das operações de manutenção, responsabilizando-se também pelo descarte, obedecendo às legislações ambientais vigentes.
- Os materiais deverão ser retirados do local imediatamente após o término dos trabalhos que deram causa à geração do mesmo.
- A Contratada deverá empregar mão de obra qualificada e assegurar que seus funcionários tenham recebido treinamento para utilizar os equipamentos e os produtos especializados necessários à execução dos serviços e também respeitando as Normas de segurança do trabalho vigentes.

- Retirar dos serviços qualquer empregado que, a critério da Contratante, demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o de forma a não prejudicar a continuidade dos procedimentos de manutenção.
- Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados com crachá, contendo foto, nome e número de registro, portando-o visivelmente.
- Refazer, de imediato e às suas expensas, qualquer trabalho realizado inadequadamente e/ou recusado pela Contratante, sem que isso implique em custo adicional.
- Sinalizar, através de instalação de barreiras ou outro meio, de forma a indicar a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir acidentes com danos pessoais e materiais.
- Responsabilizar-se pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus empregados, quando da realização dos serviços nas dependências da Contratante, observando e cumprindo rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como as medidas de segurança necessárias.
- Arcar com ônus decorrente de danos causados direta ou indiretamente à Administração, ou a terceiros pela Contratada, em função da execução do contrato, devendo substituir os bens desaparecidos ou ressarcir em espécie à Contratante, observando o valor de mercado, no prazo de cinco dias úteis.

A Contratada deverá assumir integralmente o ônus, as despesas, as multas e as sanções decorrentes de qualquer dano material, moral, reputacional ou regulatório causado direta, indireta ou concomitantemente à Administração, a terceiros ou aos dados institucionais, resultante de sua prestação, falha ou omissão na execução dos serviços.

- Os serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva executados, bem como os materiais empregados, deverão obedecer rigorosamente:
  - às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
  - às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
  - às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado; NBR 13971 – Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação Manutenção Programada – ABNT;
- Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da FISCALIZAÇÃO, ficando a aceitação final condicionada à comprovação da efetiva realização das rotinas relativas à manutenção preventiva programada, assim como, na hipótese de manutenção corretiva, ao restabelecimento do uso dos sistemas.
- A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, as vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente a CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho, ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- O representante da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por esta terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos referentes ao contrato, ainda que nas dependências da CONTRATADA.
- A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
  - assim estiver previsto e determinado no contrato;
  - for necessário para a execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
  - houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
  - houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
  - a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar, por escrito.
- Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes na CONTRATANTE, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações. As movimentações de mobiliários e equipamentos são de responsabilidade da CONTRATADA.
- Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação até a aceitação pela FISCALIZAÇÃO.
- A CONTRATADA deverá submeter-se aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela FISCALIZAÇÃO, tais como os diários de manutenção, controles de acesso e de presença dos prestadores de serviço e controles de emprego de materiais ou outros.
- Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

- A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a aceitação parcial ou recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado sem direito à indenização.
- Para as manutenções preventiva e corretiva já deverão estar inclusos nos preços propostos, as despesas com transportes de pessoal, material e demais componentes necessários.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades de serviços a serem contratados é feita com base no número e modelo dos equipamentos:

- Quatro máquinas de climatização de precisão, duas de 15 TR e duas de 10 TR:
  - Liebert PEX 2050 -21F01060052136010002 (15 TR);
  - Liebert PEX 2050 -21F01060052136010001 (15 TR);
  - Liebert PEX 1035 -21F01059522136030002 (10 TR);
  - Liebert PEX 1035 -21F01059422136030002 (10 TR);
- Duas máquinas de UPS:
  - APM 300 -2101200811214 2030001
  - APM 300- 2101200811214 2030005

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 759.462,67

O valor total estimado da contratação, considerando a aquisição para o período de 60 meses, será de **R\$ 759.462,67** (setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos.)

O pagamento para o item 01 do grupo - **manutenção preventiva e corretiva do Data Center** será realizado em parcelas mensais no valor estimado de **R\$ 11.449,06** (Onze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e seis centavos), totalizando ao final de 60 meses o valor de **R\$ 686.943,60** (seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

O pagamento para o item 2 do grupo - Peças futuramente sob demanda no valor de **R\$ 72.519,07** (setenta e dois mil, quinhentos e dezenove reais e sete centavos) será efetuado conforme necessidade de substituição das peças durante a vigência do contrato.

O valor estimado foi baseado em pesquisas realizadas junto a fornecedores desse tipo de serviço com reconhecida capacidade técnica. Também foram verificadas contratações similares efetuadas pela administração Pública. Todavia convém observar a particularidade e a dificuldade de encontrar contratações similares na Administração Pública, uma vez que a solução de engenharia adotada é específica para o data center da UFFS.

O modelo de contratação proposto neste ETP é mais abrangente em comparação ao contrato anterior. No contrato anterior, foi estipulado um valor a ser utilizado sob demanda, mas, devido à falta de recursos, essa previsão não pôde ser efetivamente implementada, resultando na necessidade de vários processos licitatórios para garantir os recursos destinados às manutenções e à substituição de peças dos equipamentos que compõem os itens a serem mantidos. Neste momento, estamos planejando uma contratação que englobe todos os serviços, com as peças sendo pagas separadamente conforme sua utilização, utilizando o recurso sob demanda.

O índice de 5% foi retirado da tabela 3.1 (ANEXO IX) do livro ÍNDICES BRASILEIROS DE MANUTENÇÃO: Um benchmarking para o mundo – dos autores Lourival Tavares e Franklin da Silva Nonato.

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Qt	Estimativa	Estimativa p/os 12 primeiros meses	Estimativa p/ 60 meses
1	1	Manutenção preventiva e corretiva	serviço/ Mês	12	R\$ 11.449,06	<b>R\$ 137.388,72</b>	<b>R\$ 686.943,60</b>

	2*	Peças futuramente sob demanda, 5% (cinco por cento) do valor gasto na aquisição dos equipamentos	sob demanda	01	R\$ 72.519,07		<b>R\$ 72.519,07**</b>
	Total						<b>R\$ 759.462,67</b>

\* Valor de referência baseado no Contrato 09/2020.

\*\* Valor para o período de 60 meses.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justifica-se a realização deste certame na modalidade de "menor preço global por grupo", devido à necessidade de contratar uma única empresa que será responsável pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como pelo fornecimento de peças sob demanda. O grupo será composto da seguinte forma:

Grupo	Item	Descrição
1	1	Manutenção preventiva e corretiva
	2	Peças futuramente sob demanda, 5% (cinco por cento) do valor gasto na aquisição dos equipamentos

O parcelamento não é tecnicamente viável porque a execução do serviço pressupõe a disponibilidade imediata das peças, conforme a necessidade verificada em cada ocorrência, de modo que condicionar a completa execução do serviço propriamente dito à dependência de terceiro que não guarda vínculo com a empresa executora, pode impor entraves que dificultem, atrase ou inviabilizam o serviço. Além disso, o emprego de peças/materiais é acessório à obrigação principal e a empresa comercializa tais peças/materiais, como poderá ser comprovado através dos orçamentos, notas fiscais e contratos.

Não caracteriza perda de escala, pois a empresa prestadora do serviço de manutenção preventiva, também é fornecedora das peças, para manutenção corretiva.

O serviço pretendido acompanhado dos respectivos materiais/peças fazem parte do mesmo segmento de mercado da empresa especializada em serviços de climatização de precisão e UPS, não implicando em restrição de competitividade, como pode ser comprovado através de carta de exclusividade fornecida por entidades de classe, contratos e notas fiscais que fundamentam os valores a serem cobrados em serviços e peças.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente, existe um contrato em vigor com vencimento em 25/03/2025. Como os equipamentos requerem acompanhamento constante, é necessário proceder com a contratação de uma empresa especializada. O contrato vigente (Contrato 09/2020) pode ser consultado por meio do Processo de Origem: 23205.003394/2019-75, que abrange exclusivamente a manutenção preventiva e corretiva das máquinas de UPS e climatização de precisão, sem incluir o fornecimento de peças. Dessa forma, cada manutenção que envolva a substituição de peças exige a abertura de um novo processo licitatório. Abaixo, apresentamos os últimos eventos ocorridos durante a vigência do contrato:

Item	Processo	Descrição	Valor
1	Processo Administrativo 23205.003983/2020-97	Bateria VRLA para UPS Liebert APM 300	R\$ 118.026,24
2	Processo Administrativo 23205.037496/2022-90	ventilador da unidade condensadora e termostato de proteção	R\$ 7.476,00

3	Processo Administrativo 23205.003394/2019-75	Display small para máquina de climatização. Pex Small LCD Display Board. PN: 3026979	R\$ 2.722,42
4	Adquirido por contratos de manutenção predial	Filtros para as máquinas de climatização	pago através de recurso do referido contrato (valor estimado de R\$ 1.500,00 / ano)

A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada e prevista no Plano Anual de Contratações sob o Plano de Ação institucional SETI008, sob o número do projeto 109/2025 - Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva do Data Center.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O benefício direto resultante da contratação será a garantia do funcionamento adequado do sistema de climatização de precisão e UPS, oferecendo, dentro das possibilidades dos sistemas instalados, a disponibilidade de toda a estrutura do Data Center para cada setor atendido, além da conservação de outros equipamentos (ex. servidores, storage, switch), sendo necessário que operem com temperatura e umidade controladas e com energia sem interrupções no fornecimento.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços, visto que os aparelhos já estão instalados.

Não se faz necessário capacitação, pois a qualidade dos serviços pode ser mensurada pelos dispositivos do TR. Como na fiscalização e contratação estão envolvidos o Setor de Obras e Setor de Tecnologia da Informação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Nos termos do ANEXO V da Instrução Normativa SLTI/MPOG no. 5, de 26/05/2017 e da Instrução Normativa SLTI no. 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

1. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
2. substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
4. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
5. prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999;
6. priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias- primas de origem local na execução dos serviços;
7. Quando houver necessidade de reposição de gás, deverão ser utilizados equipamentos apropriados de coleta, transferência e armazenamento previstos na Resolução CONAMA no 340/2003, ou outra que substituí-la;

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base neste Estudo Técnico preliminar, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a equipe de planejamento considera que a contratação é viável, além de ser vital para o atendimento das necessidades e interesses da Administração

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA PRANTE ASSMANN

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

VOLNEI DARINO POL

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

JONES JEFERSON MUNERON

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

MATHEUS TODESCATT

Membro Integrante da Equipe de Planejamento



**DANIEL ESPIG**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**RAFAEL ARCARI**

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

**SILVIA LUCIA BOROWICC**

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Matriz de Gerenciamento de Riscos 21/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
21/2025	VOLNEI DARINO POL	24/03/2025 13:32
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva do Data Center		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
30/09/2025 09:14	1.0	Atualização de risco nº 9 do mapa de risco	VOLNEI DARINO POL

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso no processo administrativo de contratação	Atraso na contratação	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Atraso na contratação e consequente indisponibilidade do serviço de manutenção e suporte técnico.					
2	Indisponibilidade da solução dentro do prazo esperado					
Ações Preventivas						
P-01	Elaboração dos documentos do processo de contratação seguindo as normas vigentes.			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Evidenciar no Termo de Referência o prazo para início da prestação do serviço			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-03	Observar falhas de outros processos licitatórios com o mesmo objeto e evitá-las			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram o atraso no processo			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
C-02	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros para a contratação	Ausência de recursos orçamentários	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Indisponibilidade da solução					
Ações Preventivas						
P-01	Alinhar a solução com o planejamento institucional			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Na elaboração do planejamento da contratação fazer pesquisas de preços mais próxima da realidade se adequando ao orçamento			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Análise das discrepâncias nos preços praticados para chegar a um valor estimado exequível.			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
C-02	Revisar os itens descritos, revisar os orçamentos recebidos e observar preços de outras licitações			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Falta de clareza pelo requisitante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas	Falta de clareza quanto às demandas	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Especificação inconsistente da solução					
2	Aquisição de serviço inadequado para a demanda					
Ações Preventivas						
P-01	Participação da área requisitante na equipe de Planejamento da Contratação			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Realização de planejamento da contratação levando com bases outras contratações			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						

C-01	Avaliação dos impactos e replanejamento.			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Divergências textuais no edital, Termo de Referência e minuta de ata	Divergências textuais nos documentos	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital					
2	Atraso no atendimento das necessidades da Instituição					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar a inconsistência entre TR e Edital			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Verificar a divergência e solicitar justificativa e providências cabíveis a unidade demandante			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
C-02	Adequar o TR e o Edital de acordo com as recomendações da área jurídica			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros para a sustentação da solução	Ausência de recursos orçamentários	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Descontinuidade da solução					
Ações Preventivas						
P-01	Alinhar a solução com o planejamento institucional			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Apresentar os custos preliminares de sustentação da solução durante a fase de ETP			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-03	Fazer a alocação orçamentária anual no planejamento institucional para a sustentação da solução			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Incluir os custos da sustentação da solução no planejamento financeiro institucional			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso na entrega dos serviços	Atraso na entrega dos serviços	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Indisponibilidade da solução dentro do prazo esperado					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento dos prazos			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Notificação formal da empresa contratada para cumprimento do prazo de execução contratual			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Contratada não cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de serviço	Contratada não cumprir com as obrigações contratuais	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso no atendimento das necessidades da Instituição					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento contínuo quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas pelo contrato			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar as sanções previstas no processo			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Vazamento e acesso a dados e informações pelos funcionários da contratada.	Vazamento e acesso a dados e informações.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Acesso à indevido a informações institucionais					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir assinatura de Termo de compromisso de manutenção do sigilo e Termo de Ciência			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar as sanções previstas em contrato			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Prestador de serviço sem acesso a peças	Peças vitais, atualizações e tecnologia existente				

R-09	originais para a nos equipamento em uso na UFFS com nível de manutenção do sistema exclusividade de fornecimento e de suporte de climatização de especializado no Brasil precisão e UPS do Datacenter da UFFS	Planejamento	Administração	Alto
	Impactos			
	1	Impossibilidade de peças centrais, diagnósticos e atualizações especializadas (firmware) para os ativos da UFFS		
	2	Indisponibilidade forçada da infraestrutura de Datacenter da UFFS e serviços institucionais para preservação de ativos de informação.		
	Ações Preventivas			
P-01	Consultar mercado referente ao objeto de contratação	Responsáveis: EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, JONES JEFERSON MUNERON, MATHEUS TODESCATT, DANIEL ESPIG, RAFAEL ARCARI		
P-02	Consultar o fabricante dos equipamentos afim de conhecer a cadeia de suporte e serviço para os equipamentos	Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, JONES JEFERSON MUNERON, MATHEUS TODESCATT, DANIEL ESPIG, RAFAEL ARCARI, VOLNEI DARINO POL		
P-03	Consultar contratações similares e equivalentes na Administração Pública Federal afim de identificar a forma de contratação do objeto	Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, JONES JEFERSON MUNERON, MATHEUS TODESCATT, DANIEL ESPIG, RAFAEL ARCARI, VOLNEI DARINO POL		
P-04	Observância das declarações de exclusividade do fabricante em relação ao objeto a ser contratado	Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, JONES JEFERSON MUNERON, MATHEUS TODESCATT, DANIEL ESPIG, RAFAEL ARCARI, VOLNEI DARINO POL		
Ações de Contingência				
C-01	Prever em Termo de referência e em edital exigências de garantias mínimas de acesso a peças originais, atualizações e suporte especializado junto ao fabricante	Responsáveis: MARCIA PRANTE ASSMANN, VOLNEI DARINO POL, ALEX SANDRO FEDRIGO, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, JONES JEFERSON MUNERON, MATHEUS TODESCATT, DANIEL ESPIG, RAFAEL ARCARI, SILVIA LUCIA BOROWICC		
C-02	Avaliar o impacto e tomar medidas cabíveis (desligamento de infraestrutura, serviços e/ou sistemas) para a preservação da integridade e segurança de informações, dados e sistemas hospedados no Datacenter	Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, MATHEUS TODESCATT, RAFAEL ARCARI, DANIEL ESPIG		
C-03	Avaliar danos e aplicar sanções e providências cabíveis previstas no certame e contrato	Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS, RAFAEL ARCARI, SILVIA LUCIA BOROWICC		

#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

#### 5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



**F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 16/2025 - SETI (10.53)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 13:26 )**

**ALEX SANDRO FEDRIGO**  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
SCF (10.46.04.01.03.01)  
Matrícula: ###244#3

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 11:12 )**

**DANIEL ESPIG**  
ENGENHEIRO-AREA  
DPCE (10.55.03)  
Matrícula: ###402#1

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 11:44 )**

**EZEQUIEL ROQUE DOS SANTOS**  
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO  
SGDC (10.53.05.03.02)  
Matrícula: ###606#9

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 18:04 )**

**MAIZA VANESSA BARON**  
SECRETARIO(A) - SUBSTITUTO  
SETI (10.53)  
Matrícula: ###017#3

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 14:24 )**

**MATHEUS TODESCATT**  
ENGENHEIRO-AREA  
DMFO (10.55.02)  
Matrícula: ###110#7

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 21:19 )**

**RAFAEL ARCARI**  
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO  
DIOTI (10.53.05.03)  
Matrícula: ###621#3

**(Assinado digitalmente em 21/10/2025 11:22 )**

**VOLNEI DARINO POL**  
CHEFE - TITULAR  
SEPSATI (10.53.09)  
Matrícula: ###573#8

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **16**  
, ano: **2025**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **21/10/2025** e o código de verificação:  
**ec44bf5ce0**